



Nesta edição:



As Revoluções contra as vanguardas

Raul Zibechi
Pág. 2



Os Estados Unidos da Europa

M. Bakunin
Págs. 4 e 5



Memória Libertária

Artur Modesto
Pág. 7



CNT quer genocídio franquista julgado

Pág. 8



Cortes, cortes e mais cortes

É preciso não baixar os braços

Como se esperava a situação económica é cada vez pior e os números do desemprego aumentam todos os dias. A situação em que vivem milhares e milhares de portugueses degrada-se a olhos vistos e apesar da indignação que, de vez em quando, sai à rua, o descontentamento não ganhou ainda a visibilidade nem a capacidade de intervenção necessárias para que o Governo fosse obrigado a levar os protestos em linha de conta. Tem faltado capacidade organizativa e a definição concreta de objectivos.

Págs. 3 e 6

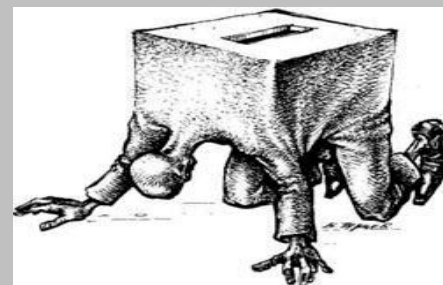
A ideia que subjaz aos cortes que estão a ser feitos pelo governo, com o apoio da troika, é empobrecer os portugueses, retirar-lhes poder de compra, embaratecer o trabalho, desqualificá-lo e desregulá-lo. Já todos o percebemos. É este o programa preparado para os países do sul da Europa, no âmbito de uma transformação do capitalismo que está a levar as reservas monetárias, as grandes empresas e os principais fundos de investimentos para outras zonas do mundo, como a Ásia ou a América do Sul, que se estão a transformar em grandes potências económicas, enquanto a Europa e a América do Norte entraram em declínio. Muitos dos modelos que ainda nos servem de bandeira têm que ser analisados e actualizados neste contexto: em breve, sob a pressão do capital, os trabalhadores dessas novas zonas vão ter uma palavra a dizer e vamos ter que ouvi-la. Em que sentido ela se vai fazer ouvir? Num reforço das correntes libertárias e anti-autoritárias ou, pelo contrário, num reavivar das frentes de luta autoritárias que marcaram grande parte do século XX? O sabermos isso vai ser determinante para sabermos que mundo e que solidariedades podemos construir.

e.m.

Doidinhos por eleições

Há na chamada esquerda política uma profunda atracção pelo voto. Percebe-se: está ali o seu ganha-pão, seja nas tricas eleitorais ou seja nas rendas parlamentares que, para ela, são sempre verdadeiras garrafas de oxigénio. Recebem os subsídios do Estado por cada voto que arrecadam, recebem subsídios para as campanhas eleitorais, recebem ordenados dos eleitos e dos assessores. É para isto que existem: para arranjar empregos aos seus correligionários e encherem os cofres do partido. Em cada acto eleitoral, por mais votos que percarnam mais alto hão-de proclamar que ganharam: se não foram mais um ou dois deputados, foi porque o seu rival mais directo também perdeu ou porque aumentaram umas décimas na votação geral. É este o seu objectivo e de pouco mais são capazes. Nas eleições, seja de que tipo forem, é onde estes partidos se realizam e a chamada rua só lhes serve para canalizarem os protestos para a urna de voto. A cada acto eleitoral que se aproxima, mesmo aqueles que sa-

bem que nunca irão ganhar e que serão sempre meramente críticos dos chamados partidos do “arco do poder” (os tubarões do bloco central que alternam, aqui e em todos os países ditos democráticos, na gestão do Estado), agitam-se, entram em frenesim, como se tomados de uma bebedeira eleitoral intensa: são capazes de todos os sonhos e dão largas à ambição - do mais minúsculo ao mais musculado todos se arrogam como vencedores. E sê-lo-ão. Há muito que todos eles já deixaram de ser instrumento de qualquer transformação social, para serem apenas um modo de vida para os seus funcionários, para os seus eleitos, para os seus dirigentes, para o funcionalismo político que espalham por toda a administração pública, mas também em muitas empresas sedentas de estarem de bem com o poder político. Nesta febre eleitoralista, em que apenas se revezam no poder o PS e o PSD/CDS, mesmo assim os minorcas do PCP e do BE ainda conseguem umas migalhas que os encham de felicidade. É vê-los por



estes dias nas ruas gritando “Demissão Já”, (e o que nós gostaríamos de ver este governo e todos os outros no olho da rua!!!...) como se fossem a seguir eles os escolhidos para a mesa do poder. Sabem que não, mas servem-lhes as migalhas que sempre sobram da mesa dos partidos grandes em qualquer momento eleitoral. E estes partidos, mesmo pequenos, têm muitas bocas para alimentar. Têm que dar ao seu corpo de funcionários e de eleitos o “pão” que recebem do Estado em nosso nome, enquanto “nossos representantes”. É isto que os alimenta e o único fim já que perseguem: auto-alimentam-se da política e da representação. Tudo o resto é a fingir.

Rui.T.



Anarquismo & Organização

As revoluções contra as vanguardas



Fora do Maoísmo não há Marxismo!

Raul Zibechi

As potentes mobilizações que atravessam o mundo estão a desafiar tanto democracias como ditaduras, regimes nascidos de eleições ou através de golpes de Estado, governos do primeiro ou do terceiro mundo. Mas não só. Desafiam os muros de contenção dos partidos socialdemocratas e de esquerda, nas suas diversas variantes. Desafiam também os saberes acumulados pelas práticas emancipatórias com mais de um século, pelo menos desde a Comuna de Paris.

Naturalmente que isto produz desconcerto e desconfiança entre as velhas hostes revolucionárias, que reclamam uma organiza-

ção mais sólida, um programa com objectivos alcançáveis e caminhos para os conseguir. Em suma, uma estratégia e uma tática que pavimentem a unidade de movimentos que estariam condenados ao fracasso se persistem na sua dispersão e improvisação actuais. Isto é dito frequentemente por pessoas que participam nestes movimentos e que estão contentes por eles existirem, mas que não aceitam que eles possam caminhar por si próprios sem que exista uma intervenção mediadora que estabeleça uma certa orientação e direcção.

No entanto, os movimentos actuais questionam de forma radical a ideia de vanguarda, de que é necessária uma organização de especialistas para pensar, planificar e dirigir o movimento. Esta ideia nasceu, como nos mostra George Haupt no livro "La Comuna como símbolo y como exemplo" (Siglo XXI, 1986), com o fracasso da Comuna. A leitura que foi feita por uma parte do campo revolucionário foi a de que a experiência parisiense fracassou devido à inexistência duma direcção: foi a falta de centralização e de autoridade que custou a vida à Comuna de Paris, disse Engels a Bakunin. O que naquele momento era acertado.

Haupt sustenta que a partir do fracasso da Comuna surgiram novos temas no movimento socialista: o partido e a tomada do aparelho de Estado. Na socialdemocracia alemã, o principal partido operário da época, abre-se caminho à ideia de que a Comuna de 1871 era um modelo a recusar, como escreveu Bebel poucos anos depois. A onda que se lhe seguiu de revoluções operárias, que teve o seu ponto alto na revolução russa de 1917, foi marcada a fogo por uma teoria da revolução que fez da organização hierárquica e



O papel contra-revolucionário das vanguardas marxistas-leninistas é cada vez mais evidente para muitos insurgentes em todo o mundo

especializada o seu eixo central.

No último meio século sucederam-se novas movimentações dos de baixo: as revoluções de 1968 e as actuais, que provavelmente têm o seu ponto de arranque nos movimentos latino-americanos contra o neoliberalismo, na década de 1990. Neste meio século sucederam-se, integrados nos dois ciclos, alguns factos que modificaram radicalmente aqueles princípios: o fracasso do socialismo soviético, a descolonização do terceiro-mundo e, sobretudo, as revoltas das mulheres, dos jovens e dos operários. Os três processos são tão recentes que muitas vezes não reparamos na profundidade das mudanças que encerram.

As mulheres fizeram entrar em crise o patriarcado, o que não quer dizer que tenha desaparecido, quebrando um dos núcleos da dominação. Os jovens desafiaram a cultura autoritária. Os operários e as operárias desarticularam o fordismo. É claro que os três movimentos pertencem a um mesmo processo que podemos resumir na crise da autoridade: do macho, do hierarca e do capataz. No seu lugar instalou-se uma grande desordem que força os dominadores a procurarem novas formas para dominarem os de baixo, para imporem uma ordem cada vez mais efêmera e menos legítima, já que frequentemente é apenas violência: machista, estatal, a partir de cima.

Ao mesmo tempo, os de baixo apropriaram-se de saberes que antes lhes eram negados, desde o domínio da escrita até às modernas tecnologias da comunicação. Mas o mais importante é que aprenderam dois factos entrelaçados: como actua a dominação e como fazer para a desarticular ou, pelo menos, como neutraliza-la. Há um século atrás os operários que dominavam estas técnicas eram

uma exígua minoria. As rebeliões, como a que inspirou a Comuna, eram feitas de brechas que outros abriam nos muros da dominação. Agora os de baixo aprendemos a abrir frestas por nós próprios, sem depender da sacrossanta conjuntura revolucionária, cujo conhecimento era obra de especialistas que dominavam certos saberes abstractos.

Nalgumas regiões pobres do mundo deu-se a recuperação de saberes ancestrais dos de baixo, que tinham sido esmagados pelo progresso e pela modernidade. Neste processo os povos indígenas jogam um papel decisivo

ao dar-se uma vida nova a um conjunto de saberes ligados à saúde, à aprendizagem, à relação com o meio e também à defesa das comunidades, ou seja, à guerra. Aí estão os zapatistas, mas também as comunidades de Bagua, na selva peruana, e um sem fim de experiências que mostram que aqueles saberes são válidos para formas de resistência.

Este conjunto de aprendizagens e novas capacidades adquiridas na resistência puseram fora de uso e pouco operativa a existência de vanguardas, de grupos que têm vocação para mandar porque julgam saber o que é melhor para os outros. Na actualidade, povos inteiros sabem como se podem conduzir a si próprios, alguns com base no mandar obedecendo, mas também inspirados nos princípios que temos podido escutar e praticar neste últimos anos: caminhar ao ritmo do passo dos mais lentos, entre todos sabemos tudo e caminhamos perguntando.

Isto não quer dizer que já não seja preciso organizarmo-nos em colectivos militantes. Sem este tipo de organizações e grupos, integrados por activistas ou como se queira chamar às pessoas que dedicam as melhores energias a mudar o mundo, a mudança nunca mais chegaria, porque ela não cai do céu, nem é oferta de caudilhos e estadistas esclarecidos. As revoluções que estamos a viver são frutos dessas múltiplas energias. Somos muitos e muitas a detoná-las. Mas, uma vez postas em marcha, a pretensão de dirigi-las de forma centralizada só pode produzir resultados opostos aos desejados.



Sindicalismo & luta de classes

7ª avaliação da troika

Vem aí mais austeridade

Tal como se esperava o governo anunciou mais um conjunto de previsões que mostram o estado de profundo retrocesso económico – com sectores produtivos completamente paralisados ou destruídos – verificado nos últimos anos em nome da austeridade.

As previsões para o desemprego foram revistas e Vitor Gaspar – que continua a não acertar uma previsão – já anunciou que para o fim do ano o número de desempregados pode rondar os 19 por cento – uma taxa de desemprego nunca vista em Portugal pós 25 de Abril

As projecções revistas pelo ministro, e reveladas a meio do mês de Março, apontam agora para uma recessão de 2,3% este ano, contra os 1% esperados na quinta avaliação do programa realizada em setembro (quando foi feita a última alteração no cenário macroeconómico) e ainda metade do crescimento em 2014, ou seja, 0,6% do PIB.

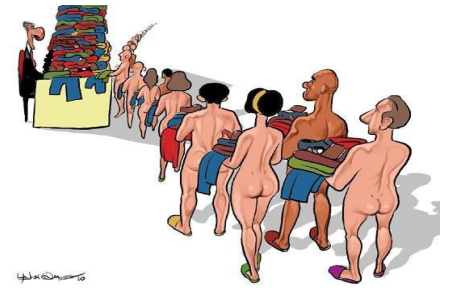
A conjuntura internacional terá tido uma grande influência na revisão destes valores. As exportações, mais afetadas pelos efeitos do ciclo económico, são revistas em baixa em um ponto percentual em 2012 e 2014, mas a



queda mais significativa é mesmo para este ano, com o Governo a esperar um crescimento de apenas 0,8%, contra os 3,6% estimados anteriormente, enquanto a procura interna desce abruptamente na ordem dos 4,1 pontos percentuais negativos.

A tudo isto é preciso acrescentar o estado de profunda debilidade económica e social já de muitas famílias. O subsídio de desemprego nem sequer atinge metade dos desempregados e há milhares de jovens, com as licenciaturas e os mestrados concluídos e sem encontrarem saídas no mercado de trabalho.

A violência das últimas medidas impostas pelo Governo – e que se começam a sentir de forma mais dramática – como o aumento das



rendas e a subida em flecha do IMI vão levar ainda mais famílias à falência, à fome à exclusão.

Perante tudo isto só há um caminho: o da luta organizada, da ocupação dos locais de trabalho sempre que esteja em vista o encerramento das empresas, de um não solidário a qualquer despejo de casa por não pagamento das prestações aos Bancos.

A organização dos trabalhadores tem que ser feita a partir dos bairros, assumindo formas assembleárias e cooperativas, horizontais e com a menor delegação possível de poderes.

Ao contrário do que a propaganda partidária quer fazer crer as eleições nada vão mudar neste cenário. Antes já vimos que a política do PS era a mesma que depois o PSD continuou e se o PS voltar ao governo irá continuar a política do PSD. E a estes dois não há alternativa: o sistema político foi desenhado para que se revezem no poder.

O caminho alternativo é outro: o das lutas concretas, com objectivos determinados que imponham transformações profundas na sociedade e não apenas os pequenos remendos (ou nem isso) que é o máximo que a luta político-partidária pode alcançar.

Debate sobre anarco-sindicalismo em Évora: nos tempos de crise o apoio mútuo e a solidariedade são instrumentos importantes para os trabalhadores

Cerca de duas dezenas de pessoas assistiram em Évora, à apresentação da revista “Apoio Mútuo” e da AIT/SP e participaram numa animada conversa que durou mais de duas horas. Da AIT/SP estiveram presentes os companheiros Raúl e Zé que fizeram uma breve apresentação da AIT, fundada há 90 anos, no espírito de que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”, e da Secção Portuguesa (a antiga CGT era membro da AIT) reconstituída a partir dos anos 90 do século passado por iniciativa de um grupo de trabalhadores libertários, maioritariamente sediados na grande Lisboa e no grande Porto. O debate foi animado com muitas intervenções. Em causa estiveram questões tão práticas como as de: que utilidade tem para os trabalhadores uma organização como, hoje, a AIT, sem

recursos e sem capacidade para agir em defesa dos trabalhadores (seja por falta de recursos materiais ou mesmo legais); na estrutura actual da sociedade há novas situações e realidades, diferentes das que o anarcosindicalismo encontrou há 100 anos, como novas categorias profissionais e mesmo uma precarização das pequenas empresas: porque é a luta dos pequenos empresários (a braços com todo o nível de restrições e imposições por parte do Estado) não é valorizada pelos sindicatos como qualquer outra luta dos trabalhadores; qual a necessidade hoje de sindicatos, já que os actuais estão tão descredibilizados – não seria melhor avançar para outras formas organizativas, em que o objectivo das relações laborais estivesse presente, mas não fosse o único?

Foram muitas questões e muitas interrogações, mas ficou a afir-

mação expressa de que é preciso reforçar o espaço assembleário, de base, horizontal, de resistência e de confronto com o capital e o Estado, numa altura de grande precarização da vida de todos os trabalhadores. Aliás, entre os presentes, no debate, eram maioritários os trabalhadores com vínculo precário e os que estão sob ameaça de despedimento e quebra de contratos do que aqueles que mantêm uma situação profissional “segura”, o que dá uma ideia também da necessidade de considerar a luta pelo trabalho e contra o desemprego como um dos objectivos essenciais das movimentações de base.

O debate terminou também com a ideia de que, na situação que se vive de crise e de corte de quaisquer regalias e direitos sociais dos trabalhadores, é necessário reforçar a discussão e a organização entre os explorados e

oprimidos (estejam ou não no mercado de trabalho) e que constituem 99 por cento da população – na expressão do movimento Occupy – e adoptar os métodos de luta que sempre foram a marca característica do anarquismo e do anarcosindicalismo – a acção directa, a democracia directa, o apoio mútuo, a solidariedade, a auto-organização e a recusa de qualquer hierarquização das estruturas de decisão.

Ficou no ar também a possibilidade de, a curto ou médio prazo, ser constituído em Évora um núcleo da AIT/SP, virado para as questões de natureza laboral e sindical.

Foi um debate rico e interessante e, por isso também, o nosso agradecimento aos companheiros da AIT/SP que se deslocaram a Évora e a todos os presentes, independentemente do seu posicionamento político.



Textos

Com a iminência de uma guerra entre a Prússia e França reuniu-se em Berna (Suíça), em 1868, o Congresso da Liga da Paz e da Liberdade. O Congresso reuniu grandes personalidades liberais e republicanas como Garibaldi, Stuart Mill e Herzen. Bakunin intervém neste Congresso e ali apresenta uma comunicação que estará na base da sua obra "Federalismo, Socialismo, Antiteologismo". Sem nutrir qualquer ilusão com as decisões do Congresso, Bakunin atuou no seio do republicanismo com o objectivo de clarificar as diversas posições e demonstrar as suas contradições aos olhos dos sectores mais radicais, levando-os a aderirem à organização anarquista que criara (a Fraternidade Revolucionária). Depois deste congresso, Bakunin e outros revolucionários rompem com a Liga da Paz e da Liberdade e passam a construir a Associação Internacional dos Trabalhadores. Os excertos que publicamos integram o livro "Federalismo, Socialismo, Antiteologismo" que, segundo as informações publicadas nas actas e resoluções, representa um desenvolvimento do discurso pronunciado por Bakunin neste Congresso. Neles se aborda a constituição dos Estados Unidos da Europa, baseados no federalismo, e a actualidade da luta de classes na construção de uma nova Europa.

Os Estados Unidos da Europa

Mikhail Bakunin

Em conformidade com o sentimento unânime do Congresso de Genebra, devemos proclamar:

1º) Que para fazer triunfar a liberdade, a justiça e a paz nas relações internacionais da Europa, para tornar impossível a guerra civil entre os diferentes povos que compõem a família europeia, só há um meio: constituir os Estados Unidos da Europa.

2º) Que os Estados Unidos da Europa jamais se poderão formar com os Estados tais como são hoje constituídos, dada a desigualdade monstruosa que existe entre as suas forças respectivas.

3º) Que o exemplo da falecida Confederação germânica provou de um modo peremptório que uma confederação de monarquias é um escárnio; que ela é impotente para garantir seja a paz seja a liberdade das populações.

4º) Que nenhum Estado centralizado, burocrático e conseqüentemente militar, ainda que se chame república, poderá entrar séria e sinceramente numa confederação internacional. Pela sua própria constituição, que é sempre uma negação aberta ou mascarada da liberdade no seu interior, ele seria necessariamente uma declaração de guerra permanente, uma ameaça contra a existência dos países vizinhos. Fundado essencialmente sobre um ato que ocorre após a violência, a conquista, o que na vida privada se chama de roubo com arrombamento, acto abençoado pela Igreja de uma religião qualquer, consagrado pelo tempo e por isso mesmo transformado em direito histórico, e apoiando-se sobre esta divina glorificação da violência triunfante como sobre um direito exclusivo e supremo, cada Estado centralista constitui-se uma negação absoluta do direito de todos os outros Estados, jamais lhes reconhecendo, nos tratados que com eles conclui, senão um interesse político ou de impotência.

5º) Que todos os aderentes da Liga devam, por consequência, esforçarem-se para reconstituírem os seus países de origem, a fim de

neles substituírem a antiga organização, de cima para baixo, fundada sobre a violência e sobre o princípio da autoridade, por uma organização nova, tendo por base somente os interesses, as necessidades e os desejos naturais das populações, e por princípio somente a federação livre dos indivíduos nos concelhos (comunas), das comunas nas províncias, das províncias nas nações, e, finalmente, destas nos Estados Unidos da Europa inicialmente, e mais tarde no mundo inteiro.

6º) Conseqüentemente, abandono absoluto de tudo que se chama direito histórico dos Estados, todas as questões relativas às fronteiras naturais, políticas, estratégicas, comerciais, deverão ser consideradas doravante como pertencentes à história antiga e rejeitadas com energia por todos os aderentes da Liga.

7º) Reconhecimento do direito absoluto de cada nação, grande ou pequena, de cada povo, fraco ou forte, de cada província, de cada comuna, a uma completa autonomia, desde que sua constituição interior não seja uma ameaça e um perigo para a autonomia e para a liberdade dos países vizinhos.

8º) No caso de um país ter feito parte de um Estado, ainda que se tivesse juntado livremente, não implica para ele obrigação de permanecer sempre ligado a este Estado. Nenhuma obrigação perpétua pode ser aceite pela justiça humana, a única que pode servir como autoridade entre nós, e não reconhecemos jamais outros direitos, nem outros deveres, além daqueles que se fundam sobre a liberdade. O direito da livre reunião e da secessão igualmente livre é o primeiro, o mais importante de todos os direitos políticos; aquele sem o qual a confederação não seria outra coisa senão uma centralização mascarada.

9º) Resulta, de tudo o que precede, que a Liga deve francamente proscrever qualquer aliança de tal ou qual fração nacional da democracia europeia com os Estados monárquicos, mesmo quando esta aliança tiver por



objectivo o de reconquistar a independência ou a liberdade de um país oprimido uma tal aliança, podendo conduzir somente a decepções, seria ao mesmo tempo uma traição à revolução.

10º) Todavia, a Liga, precisamente porque é a Liga da Paz e porque está convencida de que a paz só poderá ser conquistada e fundada sobre a mais íntima e completa solidariedade dos povos na justiça e na liberdade, deve proclamar de viva voz as suas simpatias por qualquer insurreição nacional contra a opressão, seja estrangeira, seja interna, desde que esta insurreição se faça em nome de nossos princípios e no interesse tanto político quanto económico das massas populares, mas não com a intenção ambiciosa de fundar um Estado poderoso.

11º) A Liga fará guerra total a tudo o que se chama glória, grandeza e poderio dos Estados. A todos estes falsos e malfazejos ídolos, aos quais foram imoladas milhões de vítimas humanas, oporemos as glórias da inteligência humana que se manifestam na ciência e de uma prosperidade universal fundada sobre o trabalho, a justiça e a liberdade.

12º) A Liga reconhecerá a nacionalidade como um facto natural; tendo incontestavelmente direito a uma existência e a um desenvolvimento livres, mas não como um princípio, porque a noção de princípio assenta num



carácter de universalidade e a nacionalidade é, pelo contrário, algo de exclusivo, de distinto. Este pretensio princípio de nacionalidade, tal como foi formulado nos nossos dias pelos governos da França, da Rússia e da Prússia, e até mesmo por muitos patriotas alemães, polacos, italianos e húngaros, nada mais é do que uma deriva encontrada pela reacção para se opor ao espírito da revolução: no fundo, é algo eminentemente aristocrático, a ponto de desprezar os dialectos das populações não letradas, negando implicitamente a liberdade das províncias e a autonomia real das comunas, e apoiado em todos os países não pelas massas populares, às quais ele sacrifica sistematicamente os interesses reais a um, assim dito, bem público, que não é outro senão o das classes privilegiadas. Este princípio nada mais exprime que os pretensos direitos históricos e a ambição dos Estados. O direito de nacionalidade nunca poderá ser considerado pela Liga a não ser como consequência natural do princípio supremo da liberdade, deixando de ser um direito no momento em que ele se coloca quer contra a liberdade, quer simplesmente fora da liberdade.

13°) A unidade é o objectivo para o qual tende irresistivelmente a humanidade. Mas ela torna-se um factor de morte, destruidora da inteligência, da dignidade, da prosperidade dos indivíduos e dos povos, sempre que se constitui fora da liberdade, seja pela violência, seja sob a autoridade de uma qualquer ideia teológica, metafísica, política, ou mesmo económica. O patriotismo, que tende para a unidade fora da liberdade, é algo de mau, sempre funesto aos interesses populares e reais do país que pretende exaltar e servir e, frequentemente, mesmo sem o desejar, amigo da reacção, inimigo da revolução, isto é, da emancipação das nações e dos homens. A Liga só poderá reconhecer uma única unidade: aquela que se constituirá livremente pela federação das partes autónomas no conjunto, de forma a que este, deixando de ser a negação dos direitos e dos interesses particulares, deixando de ser o cemitério onde se enterram forçosamente todas as possibilidades locais, se torne, ao contrário, a confirmação e a fonte de todas estas autonomias e de todas estas possibilidades. A Liga atacará, pois, vigorosamente qualquer organização religiosa, política, económica e social que não esteja imbuída por este grande princípio da liberdade: sem ele não há inteligência, justiça, prosperidade, humanidade.

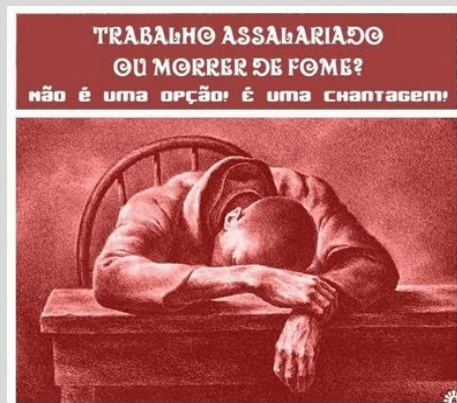
Cidadãos e escravos

(...) Cidadãos e escravos, isto é, trabalhadores forçados, escravos, não de direito mas de facto, tal é o antagonismo do mundo moderno. E como os Estados antigos soçobraram face à escravidão, assim também os Estados modernos perecerão pelo proletariado.

(...) Como no mundo antigo, a nossa civilização moderna, compreendendo uma minoria comparativamente muito restrita de cidadãos privilegiados, tem por base o trabalho forçado (pela fome) da imensa maioria das populações, condenadas fatalmente à ignorância e à brutalidade. Seria em vão se houvesse alguém que defendesse que este abismo poderia ser preenchido pela simples difusão do conhecimento nas massas populares.

(...) O abismo seria preenchido? É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão, bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições económicas atuais das classes operárias. Restabelecei as condições do trabalho, devolvi ao trabalho tudo aquilo que, segundo a justiça, cabe ao trabalho, e, em consequência, daí ao povo a segurança, o acesso ao lazer e, então, acreditei-me, ele se instruirá, ele criará uma civilização mais ampla, mais sã, mais elevada do que a vossa. Seria também em vão que se diria, em coro com os economistas, que a melhoria da situação económica das classes operárias depende do progresso geral da indústria e do comércio em cada país, e de sua completa emancipação da tutela e da protecção dos Estados. A liberdade da indústria e do comércio é certamente uma grande coisa e um dos fundamentos essenciais da futura aliança internacional de todos os povos do mundo. Amigos da liberdade, de todas as liberdades, nós devemos igualmente sê-lo destas últimas. Mas, por outro lado, devemos reconhecer que enquanto existirem os Estados atuais e enquanto o trabalho continuar a ser o servo da propriedade e do capital, esta liberdade, enriquecendo uma mínima parte da burguesia em detrimento da imensa maioria das populações, produzirá um único bem: o de enervar e desmoralizar completamente o pequeno número dos privilegiados, o de aumentar a miséria, as reclamações e a justa indignação das massas operárias, e, por isso mesmo, aproximar a hora da destruição dos Estados.

(...) Aos representantes do trabalho físico, a estes inumeráveis milhões de proletários ou



mesmo pequenos proprietários da terra, o que resta? Uma miséria sem saída, nem mesmo as alegrias da família (pois a família para o pobre torna-se rapidamente um fardo), a ignorância, a barbárie, diríamos quase uma bestialidade forçada, com o consolo que eles servem de pedestal à civilização, à liberdade e à corrupção de um pequeno número. Todavia, conservaram uma frescura de espírito e de coração. Moralizados pelo trabalho, mesmo forçado, guardaram um sentido de justiça bem diferente daquele dos juristas e dos códigos; eles próprios miseráveis, compassivos a todas as misérias, conservaram um bom senso não corrompido pelos sofismas da ciência doutrinária ou pelas mentiras da política e como ainda não abusaram, nem mesmo usaram, da vida, nela têm fé. Mas, dir-se-á, este contraste, este abismo entre o pequeno número de privilegiados e o imenso número de deserdados sempre existiu, ainda existe: o que há, no entanto, que mudou? Há o seguinte: outrora este abismo foi preenchido pelas nuvens da religião, de forma que as massas populares não o viam; e hoje, desde que a grande Revolução começou a dissipar estas nuvens, elas começam a vê-lo e a questionar a razão disso. Isto é imenso. Desde que a Revolução fez cair sobre as massas o seu Evangelho, não místico mas racional, não celeste mas terrestre, não divino mas humano, o Evangelho dos direitos do homem; desde que ela proclamou que todos os homens são iguais, todos igualmente chamados à liberdade e à humanidade, as massas populares em toda a Europa, em todo o mundo civilizado, despertando pouco a pouco do sono que as mantinha acorrentadas desde que o Cristianismo as adormecera com o seu ópio, começam a questionar-se se também não têm direito à igualdade, à liberdade e à humanidade.

Mikhail Bakunin



Movimentos sociais

2MÉvora: foi bom, mas não conseguimos fazer melhor?

Estive profundamente envolvido na convocação da manifestação de 2 de Março em Évora e conto estar presente em idênticas convocatórias, apartidárias e feitas a partir da base, sem interferências das estruturas político-partidárias que, em geral, mantêm um apertado controlo sobre qualquer iniciativa a que se associem. E, como eu, ontem estiveram na rua, por todo o país, muitos anarquistas e antiautoritários, gente com que se pode contar.

Não me reconheci na totalidade do manifesto assinado pelo grupo que convocou esta manifestação, a nível nacional, e que integra o autodenominado movimento “Que se

Lixe a Troika”, mas, globalmente, concordo com o que ali está escrito. Discordo profundamente de que a demissão do Governo tenha lá sido colocada como objectivo desta caminhada de protesto. É um objectivo pequenino para tanta coisa que nos falta fazer. O mais importante é demonstrar nas ruas que nada está garantido aos de cima, aos do poder, e aos que, criticando os que lá estão, espreitam a oportunidade de actuarem do mesmo modo. E não é só o PS.

Dito isto, empenhei-me a fundo nesta manifestação como cidadão e como anarquista. Outros elementos do Colectivo Libertário de



Évora posicionaram-se como muito bem entenderam. Nos movimentos sociais cada um está enquanto indivíduo, na plenitude das suas características próprias, e não enquanto militante deste ou daquele grupo. Estive de corpo inteiro, sem ambiguidades, neste protesto e estaria amanhã por várias razões. É importante dizer não, colectivamente, ao faltar vilanagem em que este governo demonstrou ser perito, na peugada do governo de Sócrates, e que está a fazer com que a “balança” pese cada vez mais para o lado dos mais ricos e dos que continuam a deter e a reforçar o seu papel de domínio sobre a soci-

idade em detrimento dos mais fracos, dos mais pobres e dos excluídos. O Estado e os negócios (o Poder e o Capital) sempre se confundiram, mas hoje a promiscuidade é total e é preciso dizer na rua que estamos fartos. Fartos deles e das suas instituições corruptas. Fartos deles e das suas negociatas. Fartos de uma classe que apenas se representa dizendo que nos representa. Mas não nos representam de modo algum.

Para além disso, no caso de Évora (e noutros muitos locais do país), é necessário demonstrar também, pelo exemplo e pela combatividade, que é possível haver organização e mobilização à margem dos partidos e que o monopólio da rua não pertence a ninguém, ao contrário do que até há muito pouco tempo alguns pensavam.

Haver um grupo de pessoas, individualmente consideradas – embora se o quiserem ser que sejam militantes deste ou daquele partido, fiéis desta ou daquela igreja, seguidores desta ou daquela filosofia, leitores deste ou daquele poeta – que se organizam e desencadeiam acções como as de 15O, 12M, 15S ou agora 2M não é irrelevante para os dias que estão para vir. (continua pág. Seg.)

Exortação breve

Repito-o portanto a todo e qualquer revolucionário de boa vontade e de franqueza: Separa-te dos partidos. Rompe com a tradição e o nacionalismo. Caminha o teu caminho sem olhar se te precedem ou se te seguem. Não fiques à espera da palavra de ordem de ninguém; aquele que ta desse seria o teu amo. Grita o teu pensamento tal como te vem, quando te vem, nos termos que te parecem justos; proclama-o nas ruas largas e sobre as altas torres. Não é bom que o homem seja mudo; todo aquele que escuta fica desarmado bem depressa. Escreve a tua reflexão com a tua própria mão, com a tua própria ortografia; assina-a com o teu nome e atira-a aos quatro ventos. Não digas que não és nem bastante sábio, nem bastante célebre para isso. Não mediste tu a altura dos grandes homens do dia e julgar-te-ias, por acaso, mais pequeno do que eles? Espalha pelos ares tudo o que tens sobre os lábios, luz ou chama. Temos que caminhar com a tocha numa mão e o facho na outra. Homem deserddado!, afirma-te na tua personalidade, na tua dignidade! Sobre a tua cabeça proscrita coloca, com mão firme, o mais brilhante dos diademas, aquele que trazia o homem livre no grande jardim do Éden e que lhe arrebataram jóia a jóia. Põe-te de pé na tua própria causa, pelas ofensas que te fizeram, para a tua reivindicação! Levanta-te por ti só, sem partido, como se levantou o heróico caçador furtivo de Saône-et-Loire! O papel de carrasco histórico não está feito para nós.

Ernest COEURDEROY (publicado em “O Meridional nº 4/Julho 1978)



A 6ª Feira do Livro Anarquista de Lisboa realiza-se de 24 a 26 de Maio no Grupo Excursionista e Recreativo “Os Amigos do Minho” (Intendente).



(continuação)

Em Évora a manifestação deste sábado foi também muito participada (tanto ou mais do que a de 15 de Setembro) e emotiva e teve as características de outras regiões: os manifestantes eram mais velhos e os jovens eram poucos, muito menos do que em Setembro. E isso percebe-se: aos jovens, aos desempregados, aos que já perderam quase tudo é necessário acrescentar um outro patamar de luta – e, apesar de todo o simbolismo, de toda a força e de toda a energia manifestada no sábado hoje resta quase que um amargo de boca: é preciso mais, fazer mais, sermos muitos é bom, mas isso não chega...

Muitas pessoas, ontem e hoje, passado o grande “banho” e a catar-se colectiva, repetem o mesmo: fomos muitos e tudo ficou na mesma. Não ficou exactamente na mesma, mas quase. Os políticos do PS, PCP, BE acham que podem aproveitar – politicamente falando e dela extraindo dividendos – esta manifestação. Eu nem nisso acredito. Acho que da manifestação apenas ficou esse rasto tênue de que afinal temos força. Mas o objectivo último da manifestação, imposto muito pela participação do BE e do PCP no grupo que a convocou, era quase imbecil: a demissão do governo. Haveria alguém que acreditasse que o governo se iria demitir fosse qual fosse a dimensão da manifestação? Talvez. E, por isso, hoje este sentimento de muitos parecido com frasso.

Mas há tanto a fazer, tantos objectivos a cumprir. Esta manifestação deveria ter-nos dado força para nos associarmos, criarmos solidariedades e redes, partilharmos a alegria da revolta nas ruas, criarmos espaços de luta e afirmação. No entanto, tudo foi demasiado sereno, demasiado virado para o consenso, para as cantigas que nos animam a alma e, apesar delas, do seu simbolismo e da sua força, é como se beliscássemos apenas a couraça de um elefante que se recusa a mudar de posição.

Será que as centenas de milhar de pessoas que nos manifestámos, gente como nós, não conseguimos fazer melhor? Ou, como refere Gui Castro Felga: “lutar é um verbo, não um substantivo. Conjuga-se.” O que falta para o conjugarmos colectivamente?

frederico

Memória Libertária

Artur Modesto

Artur dos Santos Modesto nasceu em Beja a 27 de Maio de 1897 e morreu em Lisboa a 3 de Abril de 1985. Foi um dos anarquistas da velha guarda que passou o testemunho aos mais novos, já no pós 25 de Abril, fazendo parte do colectivo que voltou a publicar o jornal “A Batalha” e criou o Centro de Estudos Libertários.

Artur Modesto tinha apenas a 2ª classe, mas foi um verdadeiro autodidacta, no mais genuíno espírito libertário, mantendo conversas apaixonadas e profundas sobre os mais variados temas, chegando a desempenhar funções de “secretário” junto de António Sérgio, o “pai” do cooperativismo português.

Filho de um sapateiro e de uma ajuntadeira, seguiu também a profissão de sapateiro que começou por exercer em Beja. Filiou-se como membro do Sindicato dos Sapateiros de Beja, aos 15 anos, em 1912 e foi militante activo das Juventudes Sindicalistas. Veio para Lisboa em 1928, já depois do golpe fascista de 28 de Maio de 1926 e numa altura em que as Juventudes Sindicalistas e a CGT eram alvo de grande repressão. Participou na Conferência Libertária em Belém em 1932. Activista da Federação Portuguesa de Solidariedade, do Núcleo Cultural “Ferreira de Castro” e do Sporting Club do Rio Seco, foi também membro do Grupo Anarquista “Fanal”, no pós-25-4-1974, federado da FARP-FAI.

Artur Modesto, com quem convivi já na década de 70 contou-me um aspecto que não pude ainda confirmar: que o Despertar Spor-



Fotografia de Artur Modesto com a anarquista alemã Ike na sede do Centro de Estudos Libertários na Av. Álvares Cabral, em Lisboa (1977).

ting Clube de Beja, ainda hoje existente, foi fundado por membros da Juventude Sindicalista bejense que deram ao nível clube o nome do jornal que a organização anarco-sindicalista então editava: O Despertar. Fundado em 1920, o Despertar foi sempre considerado em Beja como um clube das camadas populares e, segundo Artur Modesto, muitos jovens depois do golpe de 28 de Maio e do ataque cerrado ao movimento libertário, com o encerramento das suas sedes e a prisão dos militantes mais conhecidos, usaram o clube para reuniões e algumas actividades de carácter sindical. Uma memória que foi esmorecendo no tempo, mas da qual ainda devem existir registos.

Poeta de raiz popular tem dois livros editados pela Editora Sementeira, Lisboa - “Páginas do Meu Caderno”, Dezembro-1978 e “Alfarrábio Poético” (em conjunto com os militantes Francisco Quintal e José Francisco), Janeiro-1984.

c.j. (com arquivo MOSCA)

Imprensa Libertária: “O Meridional”



Em Abril de 1978 começou a publicar-se em Faro, com sede na Praça Alexandre Herculano, o jornal “O Meridional”, que se apresentava como um “mensário algarvio”. Em todo o cabeçalho não havia uma única identificação de que este era um jornal anarquista da primeira à última das suas 10 páginas. Tendo como seu principal redactor Júlio Carrapato, um anarquista ainda hoje activo nos meios libertários,

“O Meridional” caracterizou-se por textos longos, sem imagens ou fotografias, bem escritos e muito contundentes para a realidade circundante, poucos anos depois da “instauração da democracia”.

“O Meridional”, publicou-se durante um escasso período de tempo, mas teve uma grande influência nos meios anarquistas devido aos textos de autores (então desconhecidos entre nós) que publicava, à forma aguerrida como tratava as questões que, então, estavam na ordem do dia, não poupando nas críticas fosse à direita ou à esquerda e também devido a algumas entrevistas, muito completas, com Juan Gomez Casas (o biógrafo de Durruti e primeiro secretário-geral da CNT após a queda do franquismo), com Simon Leys ou Emídio Santana.

a.



A Fechar



50 mil fuzilados, 73 mil assassinados, 30 mil desaparecidos

Anarcosindicalistas espanhóis pretendem julgamento do genocídio franquista cometido entre 1936 e 1977

Em Portugal isso nunca aconteceu. Nunca houve um julgamento do regime fascista. No Estado Espanhol, a CNT pretende levar para a frente o processo do franquismo e associou-se às acções que estão a ser levadas a cabo, nos tribunais argentinos, por iniciativa de familiares de vítimas e associações que lutam contra o branqueamento do fascismo.

A Confederação Nacional do Trabalho apresentou recentemente em Madrid a denúncia que juntou no passado mês de Dezembro ao processo que está a transitar nos tribunais argentinos e que pretende julgar o genocídio cometido pelo regime de Franco desde 1936 até 1977. Deste modo a CNT associa-se às acções empreendidas por parte de familiares de assassinados e desaparecidos, associações de recuperação da memória histórica e outras entidades interessadas.

A CNT pretende assim trazer para a luz do dia a repressão sofrida pela organização e pelo Movimento Libertário desde o golpe militar de 18 de Julho de 1936 até à lei da amnistia de 1977, uma lei que pretende passar em branco mais de 40 anos de um regime instaurado pela força e baseado na violência física e social. O seu máximo dirigente e executor, o general Francisco Franco, contou para isso com a colaboração de diferentes sectores militares, financeiros, políticos e eclesíasticos católicos, todos eles implicados na autoria e direcção do golpe.

Neste acto público participaram Alfonso Alvarez, secretário geral da CNT, José Ramon Palacios, presidente da Fundação Anselmo Lorenzo e Javier Antón, coordenador do Grupo de Trabalho da Memória Histórica – CNT. Além destes, prestaram o seu testemunho três sobreviventes da repressão franquista, Félix Padin, Antonio Amate e Aurora Tejerina,



Com esta acção a CNT pretende proclamar “publica e energicamente, face a um esquecimento cúmplice, o seu desejo e interesse em por a claro e divulgar o desastre que foi a instauração do franquismo, assim como os terríveis danos causados à organização confederal que foi o alvo principal da acção repressiva do regime durante décadas”.

Um balanço objectivo da repressão, passados já quase três quartos de séculos do golpe militar e após consulta à numerosa bibliografia especializada sobre a Guerra Civil espanhola, dá-nos a números dramáticos, alguns baseados inclusivamente em fontes oficiais do governo franquista: 50 mil fuzilados, 73.000 assassinados na retaguarda, 30.000 desaparecidos; 500.000 levados para campos de concentração, 300.000 presos e um número indeterminado de violações, raptos e roubo de crianças.

(com: Secretariado Permanente del Comité Confederal CNT-AIT press@cnt.es)



Plumas Negras

*Piam mochos, chiam c'rujas
Lá no alto de S. Bento,
Esse bando agoirento
De plumagens negro-sujas,
Piam, piam sob cruces
Exibindo ares graves...
Negando a outras aves
Doutros sóis suas luzes
No escuro dos seus ninhos
Escrevo seus pensamentos
Lá fecundam os tormentos
Dos humildes passarinhos.
Plumas negras assassinas
A seu mando vão agindo
Os ninhos vão destruindo
Essas aves de rapina.
Abutres e gaviões
Penas de garras sangrentas
Vão espalhando tormentas
Rugindo como leões
Nas gaiolas vão mantendo
Outras pessoas já despertas.*

*Nas paliçadas desertas
Outras aves vão morrendo.
Oh agoirentas julgais
Que serão vossos processos
Que detêm os progressos
De tão nobres ideais?
Para quê tanta maldade
Tanta lama, tanto crime!
A história não redime
Tal bando sem piedade.
A justiça há-de chegar
Com pena de Talião!
Nas cinzas do turbilhão
Outra luz há-de brilhar.*

*Calai-vos ó rouxinóis,
Esquecei vossas melodias!
Para lá das sacristias
Aquecei-vos noutros sóis!*

*Inocente passarada
Unidos, formai barreira!
Para as lavas da fogueira
A “terrível” bicharada!*

Artur Modesto
Algarve, 1936